



EDIÇÃO Nº 101 | DISPONIBILIZAÇÃO: Segunda-feira, 15 de junho de 2026 | PUBLICAÇÃO: Terça-feira, 16 de junho de 2026

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3

Edifício Adail Belmonte

Brasília - DF - CEP: 70070-600

Telefone: (61) 3366-9100

www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO

Presidência.....	1
Secretaria Geral.....	18
Corregedoria Nacional.....	21

PRESIDÊNCIA**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

10ª Sessão Ordinária de 2026

Data: 23/06/2026

Horário: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 8ª Sessão Ordinária (26/05/2026).

PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA

Pedido de Vista na 20ª Sessão Ordinária de 2025 (16/12/2025)

1) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01086/2025-80

Requerente: Christiana Ramalho Leite Cavalcante

Advogado: Leonardo Accioly da Silva – OAB/PE nº 17265

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2024. Determinação para suspensão do ajuizamento da Ação Civil Pública de perda do cargo. Pedido liminar.

Relator: Cons. Carl Olav Smith

Origem: Pernambuco

Vista: Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2026 (24/02/2026)

2) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01115/2025-40 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Excesso de Prazo. Falta de diligências na condução do Procedimento nº 038.0713.0005137/2023, pela Promotoria de Justiça de Campinas.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2026 (10/03/2026)

3) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01050/2025-15

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Willer Tomaz de Souza – OAB/DF n.º 32023

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Reclamação Disciplinar nº 1.00572/2025-72. Cometimento dos crimes de ameaça e injúria contra funcionário público em razão de suas funções.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Maranhão

Vista: Cons. Thiago Roberto Morais Diaz

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2026 (12/05/2026)

4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2026-48 (Recurso Interno)

Recorrente: Aline Silva Albuquerque

Advogados: Artur Guedes da Fonseca Mello – OAB/DF n.º 79165-A; Rogerio Mello – OAB/MA n.º 22.692-A

Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Requerimento para designação de Promotora de Justiça à ocupação da Diretoria das Promotorias de Justiça de Estreito/MA. Pedido indeferido, em razão da Promotora requerente estar autorizada a exercer funções em trabalho remoto, de maneira híbrida. Pedido de reconhecimento da compatibilidade do exercício de Diretoria das Promotorias com o regime de teletrabalho. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Maranhão

Vista: Cons. José de Lima Ramos Pereira

Processos com pedido de vista cancelado em razão do término do mandato do vistor

5) Proposição nº 1.00393/2019-23

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Distrito Federal

6) Proposição nº 1.00281/2021-97

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da

República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Vedações impostas aos membros do Ministério Público brasileiro, em razão do exercício do cargo, consolidando as Resoluções nº 5/2006; nº 8/2006; nº 16/2007; nº 18/2007; nº 73/2011; nº 132/2015; nº 133/2015; nº 144/2016; e nº 224/2021.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

PROCESSOS REMANESCENTES

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2026 (27 e 28/01/2026)

7) Proposição nº 1.00892/2024-88

Requerente: Cíntia Menezes Brunetta

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para a elaboração do Programa de Integridade pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e revoga a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 6/2023.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2026 (10/03/2026)

8) Proposição nº 1.01365/2025-44

Requerente: Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 170, de 13 de junho de 2017, para adequá-la à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas em concursos públicos, e revoga dispositivos em desconformidade com a nova legislação.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2026 (28/04/2026)

9) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00590/2024-64 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público Federal

Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Carlos Mohn Roller – OAB/DF n.º 62.938

Interessado: Associação Nacional dos Procuradores da República

Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Processo Administrativo Disciplinar. Adoção de providências cabíveis em face das irregularidades de que tiver conhecimento ou que ocorrerem nos serviços a seu cargo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00518/2023-47. Portaria CNMP-CODI/CN nº 20/2024.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

10) Proposição nº 1.01328/2025-27

Requerente: Ivana Lucia Franco Cei

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui o Código de Ética das Ouvidorias do Ministérios Públicos dos Estados e da União e dá outras providências.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Distrito Federal

11) Pedido de Providências nº 1.00280/2026-93

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Tocantins

Advogada: Camilla Miranda do Nascimento – OAB/TO n.º 8094

Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins

Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 2025.0010585. Controle do acórdão proferido pelo Conselho Superior (CSMP/TO), que manteve o arquivamento.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: Tocantins

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2026 (26/05/2026)

12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)

Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins

Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR n.º 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR n.º 88950

Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.

Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto

Origem: Paraná

13) Reclamação Disciplinar nº 1.01067/2024-55 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Advogado: Thiago Brhanner Garces Costa – OAB/MA n.º 8.546

Recorrida: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Maranhão

14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00717/2025-44

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Minas Gerais

Advogados: Antonio Marques Carraro Junior – OAB/MG n.º 85039; Gleiciane Emanuele Duarte – OAB/MG n.º 88019

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Interessado: Diogo Pestana Rangel

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Desconstituição de ato administrativo. Recomendação nº

03/2025, editada pela 2ª Promotoria de Justiça de Abre Campo/MG. Inquérito Civil nº 04.16.0003.0014679/2022-13. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Minas Gerais

15) Proposição nº 1.00068/2026-62

Requerente: Cíntia Menezes Brunetta

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que dispõe sobre a atuação do Ministério Público em face de decisões judiciais, acordos ou propostas legislativas que estabeleçam remissão ou redução de pena em troca de doação de sangue, e dá outras providências.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Distrito Federal

16) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00128/2026-10 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará

Advogados: José Augusto de Souza Peres Filho – OAB/PB nº 35.631; Fernando Veiga Bretones Filho – OAB/DF n.º 28901; Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – OAB/DF n.º 29513; Lucas Cavalcante Gondim – OAB/DF n.º 79938; Sophia Ferreira Merlo – OAB/DF n.º 83021

Interessado: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Reclamação Disciplinar n.º 1.00048/2025-83. Infrações disciplinares correlatadas a possível prática de crimes voltados à atividade de garimpo ilegal.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Pará

17) Notícia de Fato nº 1.00167/2026-44 (Recurso Interno)

Recorrente: Alexandre Florentino Magalhães

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Informa a ocorrência de suposta irregularidade da atuação funcional no bojo de processo judicial.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Maranhão

18) Notícia de Fato nº 1.00254/2026-74 (Recurso Interno)

Recorrente: Alexandre Gomes Machado

Advogada: Isabella Gomes Machado – OAB/DF n.º 10482

Recorrida: Membro do Ministério Público do Trabalho

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Trabalho. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na condução de procedimento extrajudicial.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Distrito Federal

19) Conflito de Atribuições nº 1.00432/2026-49 (Processo Sigiloso)

Requerente: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. 1.34.001.004535/2025-72. Ministério Público do Estado de São Paulo. NF 0224.0000095/2025. Conflito Negativo de Atribuições. Apura suposto crime de racismo, por meio de postagens pejorativas na rede social "X" (antigo Twitter), em desfavor de vítima de feminicídio.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Origem: São Paulo

20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00515/2026-56

Requerente: Gregori Pavan Freire de Carvalho

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Alegação de índices insuficientes de transparência e governança administrativa no âmbito do Parquet estadual. Atendimento inadequado de pedidos de acesso à informação, bem como no âmbito das manifestações à Ouvidoria ministerial. Pedido de fiscalização e correção de eventuais irregularidades, referente à transparência, acesso à informação, governança e atendimento ao cidadão.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Espírito Santo

Processos desta Sessão (23/06/2026)

21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01319/2024-46

Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados

Advogados: Leandro Zannoni Apolinario de Alencar – OAB/DF n.º 26743; Leonardo Accioly da Silva – OAB/PE n.º 17265; Daniel Augusto Mesquita – OAB/DF n.º 26871

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Requer a suspensão da Recomendação nº 09/2024, expedida pela 3ª Promotoria de Justiça de Coronel Fabriciano, que recomendou a declaração de nulidade do procedimento de inexigibilidade nº 005/2023 e do contrato de prestação de serviços nº 130/2023 firmado entre o Município de Coronel Fabriciano e o Escritório de Advocacia Nilo & Almeida Advogados Associados. Alega afronta à Recomendação CNMP nº 36, de 2016. Solicita ainda a suspensão do IC nº 0194.24.000158-7. Pedido de Liminar.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Minas Gerais

22) Pedido de Providências nº 1.00640/2025-67

Requerente: Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – Abracrim

Advogados: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – OAB/DF n.º 29513; Sheyner Yasbeck Asfora – OAB/PB n.º 11.590; Lucas Cavalcante Gondim – OAB/DF n.º 79938; Filipe Coutinho da Silveira – OAB/PA n.º 12131

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Resolução nº 2/2025-CPJ. Alegação de previsão do GAECO como órgão de execução perante a Vara de Combate às Organizações Criminosas, à revelia de previsão legal. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Pará

23) Reclamação Disciplinar nº 1.00934/2025-43 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado de Rondônia

Advogados: Maracelia Lima de Oliveira – OAB/RO n.º 2549; Lucia de Fatima Ferreira Dutra – OAB/RO n.º 13956; Gabriel de Moraes Correia Tomasete – OAB/RO n.º 2.641; Nayara Simeas Pereira Rodrigues Tomasete – OAB/RO n.º 1.692; Marina dos Santos Nascimento – OAB/RO n.º 15.280

Recorrida: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz

Origem: Rondônia

24) Proposição nº 1.00942/2025-80

Requerente: Fernando da Silva Comin

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que "Dispõe sobre diretrizes para uma atuação ministerial articulada, preventiva e resolutiva no acompanhamento do financiamento da educação básica pública, promovendo a fiscalização qualificada da aplicação dos recursos, bem como o fortalecimento das melhores práticas e experiências do Ministério Público brasileiro na defesa do direito à educação com qualidade social".

Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Origem: Distrito Federal

25) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01167/2025-80

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Mauro Geosvaldo Ferreira Silva – OAB/BA n.º 14.855

Interessados: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Marcelo Silva Guimarães – OAB/BA n.º 21.034

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Apuração de conduta incompatível com o exercício do cargo. Falta de urbanidade. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00478/2025-69. Portaria nº CNMP-CODI/CN nº 22/2025.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Bahia

26) Reclamação Disciplinar nº 1.01196/2025-60 (Recurso Interno)

Recorrente: Maria Paula Mendonça Vieira

Advogado: Ricardo Guimarães Uhl – OAB/SP n.º 232280

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: São Paulo

27) Pedido de Providências nº 1.01267/2025-16 (Embargos de Declaração)

Embargante: João Aparício de Souza

Embargado: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Requer verificação da conduta do Parquet na condução da VPI nº 2510353316, instaurada a partir de denúncias de alunos da Universidade Estadual de Goiás, em desfavor do requerente. Alega que a Promotoria de Justiça de Goianésia não ofereceu assistência adequada ao requerente, pessoa com deficiência, além de atuar com parcialidade.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: Goiás

28) Proposição nº 1.01325/2025-66

Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais

do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Unidade Nacional de Perícias Médicas em Saúde Mental do Ministério Público brasileiro e dá outras providências.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Distrito Federal

29) Conflito de Atribuições nº 1.01416/2025-00

Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de São Paulo. SEI nº 19.16.2435.0089574/2025-26. Autos n.º 1501626-79.2025.8.26.0009 e 5198003-27.2025.8.13.0024. Apuração referente a suposto crime de ameaça praticado por meio de ligação telefônica, possivelmente configurando violência doméstica ou de gênero. 8ª Promotoria de Justiça de Belo Horizonte. Promotoria de Justiça Criminal do Jabaquara.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Minas Gerais

30) Notícia de Fato nº 1.01543/2025-19 (Embargos de Declaração)

Embargante: Patricia Lima Rodrigues

Embargados: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Advogado: Elton Luis Nasser de Mello – OAB/MS n.º 5123

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Mato Grosso do Sul

31) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00006/2026-88 (Embargos de Declaração)

Embargante: Francisco Edinaldo do Vale Cavalcante

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Inércia institucional quanto à prevenção e ao combate do assédio moral no serviço público. Violação ao princípio da imparcialidade.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Ceará

32) Pedido de Providências nº 1.00055/2026-57 (Recurso Interno)

Recorrente: João Aparicio de Souza

Recorridos: Conselho Nacional do Ministério Público; Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Solicitação de apuração da regularidade da condução da Notícia de Fato n.º 1.18.000.000714/2025-94.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: Goiás

33) Notícia de Fato nº 1.00061/2026-87 (Embargos de Declaração)

Embargante: Enoque Martins Vieira

Embargado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Origem: Distrito Federal

34) Notícia de Fato nº 1.00084/2026-37 (Embargos de Declaração)

Embargante: Helmar Araújo Marques de Almeida

Embargado: Membro do Ministério Público Militar

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Militar. Informa a ocorrência de supostas irregularidades.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz

Origem: Distrito Federal

35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00086/2026-44 (Recurso Interno)

Recorrente: João Ricardo Soares da Costa

Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de reconhecimento da aplicabilidade, por simetria constitucional, de tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a remoção deve preceder a promoção, seja por antiguidade, seja por merecimento. Pedido de expedição de ato nacional, fixando a precedência mencionada e estabelecendo fluxo procedimental uniforme.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Distrito Federal

36) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00131/2026-89 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)

Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá

Advogada: Amanda Lima Figueiredo – OAB/AP n.º 2722-A

Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá. Reclamação Disciplinar n.º 1.01577/2025-77. Possíveis crimes eleitorais, bem como exercício de atividade político-partidária.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Amapá

37) Pedido de Providências nº 1.00134/2026-40

Requerente: Antonio Marcos Vitoriano de Souza

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 01.2025.00018160-8. Apuração de possível vício estrutural no concurso público para o cargo de Delegado da Polícia Civil do Estado do Ceará.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz

Origem: Ceará

38) Pedido de Providências nº 1.00143/2026-30 (Embargos de Declaração)

Embargante: Julia Karen Stallbaum Dominguez

Advogados: Luis Marcelo Marcondes Pinto – OAB/SP n.º 512.145; Thiago Gebaili de Andrade – OAB/SP n.º 262.310; Onei Nicola Ferreira Filho – OAB/RS n.º 117.614

Embargados: Procuradoria da República – Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Investigação a respeito da morte do cão "Orelha", em Santa Catarina. Possíveis vínculos familiares entre investigados e integrantes do sistema de justiça estadual, inclusive Promotores de Justiça. Pedido de acompanhamento para resguardar a moralidade administrativa, integridade, credibilidade e legitimidade constitucional do Ministério Público brasileiro.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Santa Catarina

39) Conflito de Atribuições nº 1.00151/2026-78

Requerente: Procuradoria da República – Paraíba

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.24.001.000688/2025-97. Notícia de Fato nº 001.2025.074281. Apuração de possíveis irregularidades ambientais cometidas pela Empresa Aurea Mineração Ltda. Atividade potencialmente poluidora no Município de Nova Palmeira/PB.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Paraíba

40) Notícia de Fato nº 1.00165/2026-37 (Recurso Interno)

Recorrente: Adriano Rodrigues da Silva

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: Rio de Janeiro

41) Pedido de Providências nº 1.00175/2026-81 (Embargos de Declaração)

Embargante: João Coelho de Carvalho Neto

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Atuação insatisfatória de diversas Promotorias de Justiça. Diversos procedimentos instaurados pelo requerente.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Ceará

42) Pedido de Providências nº 1.00196/2026-24

Requerente: Douglas Fabiano de Melo

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Apuração de possível irregularidade na participação do Chefe do Executivo Municipal em entrega da nova sede da Promotoria de Justiça de Paulínia.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: São Paulo

43) Conflito de Atribuições nº 1.00205/2026-03

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Processo SIS n.º 1599.0012209/2025 (MPDFT n.º Notícia de Fato 38.0002.0003903/2021-8). Ofício em procedimento de inventário extrajudicial, em trâmite na Comarca de Itariri/SP, referente a falecido cujo último domicílio foi em Brasília/DF.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: São Paulo

44) Notícia de Fato nº 1.00265/2026-72 (Recurso Interno)

Recorrente: Max Schrappe

Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado do Paraná. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Paraná

45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00281/2026-47 (Embargos de Declaração)

Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Advogado: Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF n.º 32147

Embargado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Controle. Declaração de nulidade dos Editais de processos seletivos para Programas de Residência Técnica. Desrespeito ao art. 37, caput e inciso II, da Constituição da República, à Lei Federal nº 11.788/2008 e à Resolução CNMP nº 42/2009. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Rio de Janeiro

46) Consulta nº 1.00291/2026-91

Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessada: Leda Mara Nascimento Albuquerque

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Cumprimento do dever de residência estabelecido na Resolução CNMP nº 26/2007. Possibilidade de fornecimento de dados relativos à origem do acesso dos membros aos sistemas internos da instituição, como a disponibilização do número do Internet Protocol (IP), independentemente de autorização judicial.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Origem: Amazonas

47) Conflito de Atribuições nº 1.00303/2026-23

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Requerido: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.000.000095/2026-35. Procedimento nº 01770.000.067/2026. Apuração de violações a direitos humanos e risco de morte em conflito indígena na Terra Indígena Ventarra. Município de Erebangó/RS.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Rio Grande do Sul

48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00332/2026-03

Requerente: José Antonio Borges Pereira

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Determinação para suspensão da execução do projeto "Diálogos com a Sociedade". Determinação para suspensão da utilização da estrutura administrativa da Associação Mato-Grossense do Ministério Público – AMMP. Compatibilidade da execução de projeto institucional patrocinado por empresas privadas. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Mato Grosso

49) Correição nº 1.00333/2026-67

Interessados: Corregedoria do Ministério Público Federal; Corregedoria Nacional do Ministério Público; Procuradoria da República – Paraíba

Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada no 12º Ofício do Ministério Público Federal no Estado da Paraíba.

Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin

Origem: Distrito Federal

50) Pedido de Providências nº 1.00337/2026-81 (Recurso Interno)

Recorrente: Argeu Mota da Assunção

Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Notícia de Fato nº 02.16.0024.0323120/2025-42. Alegação de possíveis irregularidades na tramitação do procedimento, referente à definição de atribuição de órgão e acesso a informações por parte do noticiante.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Minas Gerais

51) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00338/2026-35

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Procedimento de Gestão Administrativa (PGA) nº 20.23.2612.0000016/2025-48. Decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte que declarou a inaplicabilidade do Projeto "Selo de Comparecimento" (ou "Presença Garantida") aos procedimentos de movimentação na carreira por merecimento. Impedimento da Corregedoria Geral para voto na matéria. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz

Origem: Rio Grande do Norte

52) Notícia de Fato nº 1.00341/2026-02 (Recurso Interno)

Recorrentes: Evangleia Costa Reis; Stenio Reis Fadini

Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informa a ocorrência de supostas irregularidades no arquivamento de procedimentos extrajudiciais.

Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto

Origem: Minas Gerais

53) Notícia de Fato nº 1.00358/2026-24 (Recurso Interno)

Recorrente: Claudia Martins

Recorrida: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Informa a ocorrência de supostas irregularidades nas promoções de arquivamento de procedimentos extrajudiciais.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Rio de Janeiro

54) Pedido de Providências nº 1.00396/2026-03 (Recurso Interno)

Recorrente: Michael Miranda de Souza

Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 0156.000045/2025. Irregularidades em adaptação razoável consistente na disponibilização de aulas gravadas/remotas, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: São Paulo

55) Conflito de Atribuições nº 1.00406/2026-20

Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.001.001087/2025-39. Procedimento SAJ nº 01.2025.00000589-0. Apuração de suposta irregularidade na prestação de serviços da Faculdade UNIASSELVI (Polo Parauapebas) aos discentes do Curso de Farmácia.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Pará

56) Pedido de Providências nº 1.00423/2026-58 (Recurso Interno)

Recorrente: Cassio Rodrigues Martins de Macedo

Recorrido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Processo nº 5002428-04.2025.4.03.6100. Alegação de atuação negligente em processos relacionados ao concurso público CNPU 2024. Cerceamento de acesso à justiça e comprometimento de direitos fundamentais do requerente.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: São Paulo

57) Conflito de Atribuições nº 1.00436/2026-63 (Processo Sigiloso)

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.002905/2025-86. Processo TJRJ nº 0019500-73.2025.8.19.0001 (Inquérito Policial nº: 2024.0121248-SR/PF/RJ). Apuração de possível delito previsto no artigo 241-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Rio de Janeiro

58) Conflito de Atribuições nº 1.00438/2026-70

Requerente: Procuradoria da República – Ceará/Maracanaú

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.15.000.000222/2026-91. Procedimento nº 09.2025.00026116-4. Apuração de possível crime de exploração sexual envolvendo crianças e/ou adolescentes no âmbito da Internet. Município de Banabuiú/CE.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Ceará

59) Conflito de Atribuições nº 1.00458/2026-60

Requerente: Procuradoria da República – Tocantins

Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Tocantins. Ministério Público do Estado do Tocantins. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.36.000.000097/2026-90. Inquérito Civil nº 2019.0002813. Apuração de possível omissão do poder público na fiscalização do Píer da Orla da Praia da Graciosa de Palmas/TO. Uso indevido por embarcações e flutuantes para ancoragem.

Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda

Origem: Tocantins

60) Pedido de Providências nº 1.00461/2026-29 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso

Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Atuação. Indeferimento. Notícia de Fato nº 02.16.0024.0369268.2026-08. Manifestação Ouvidoria nº 891222042026-7. Apuração da prática dos crimes de esbulho possessório e de ameaça contra o requerente.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Origem: Minas Gerais

61) Conflito de Atribuições nº 1.00465/2026-43

Requerente: Ministério Público do Trabalho

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Ministério Público do Estado de Goiás. IC 000149.2026.18.002/5. Denúncia de supostas irregularidades ocorridas no processo eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – SINTEGO, na regional de Águas Lindas de Goiás.

Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto

Origem: Goiás

62) Conflito de Atribuições nº 1.00487/2026-40 (Processo Sigiloso)

Requerente: Ministério Público Federal no Estado do Ceará

Requerido: Ministério Público do Estado Ceará

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. NF 1.15.000.002312/2025-36. Ministério Público do Estado do Ceará. MP nº 06.2018.00002723-7. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possíveis crimes contra o sistema financeiro, supostamente praticados pela Empresa MATTOS INVESTING. Obtenção de vantagem ilícita por meio da criação e manutenção da chamada "PIRÂMIDE DE PONZI".

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Ceará

63) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00497/2026-94

Requerente: Enzo de Almeida Carrara Boncompagni

Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Decisão do Conselho Superior. Procedimento nº 29.0001.0044201.2026-45/2026. Manutenção dos Avisos nº 124/2026 – CSMP e nº 136/2026 – CSMP. Remoção e Promoção na carreira. Determinação para anulação da aplicação do Art. 56, § 3º, do RI-CSMP/SP, por incompatibilidade com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI n.º 6757. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: São Paulo

64) Conflito de Atribuições nº 1.00512/2026-95

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Procuradoria da República – Pará/Castanhal

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal no Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 01.2026.00001157-3. Notícia de Fato nº 1.23.002.000993/2025-14. Apuração de possíveis irregularidades em contratação de escritório de advocacia sem o devido procedimento licitatório. Ação contra a União visando ao recebimento das diferenças do FUNDEF. Município de Gurupá.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Pará

65) Pedido de Providências nº 1.00518/2026-17 (Recurso Interno)

Recorrente: Alexsandro Souza Cerqueira

Advogado: Alexsandro Souza Cerqueira – OAB/BA nº 79.033

Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Deslealdade processual e violação ao devido processo legal. Processo TJBA nº 0580171-73.2017.8.05.0001. Determinação para a suspensão do julgamento da apelação. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Bahia

66) Conflito de Atribuições nº 1.00520/2026-22

Requerente: Procuradoria da República – Piauí

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de

atribuições. Notícia de Fato nº 1.27.000.001581/2025-64. Procedimento SIMP Nº 004588-361/2024. Apuração de supostas falhas nos serviços educacionais prestados pela instituição de ensino superior privada Unopar Anhanguera, no polo de Picos/PI.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Origem: Piauí

67) Conflito de Atribuições nº 1.00524/2026-47

Requerente: Procuradoria da República – Goiás/Aparecida de Goiânia

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Goiás. Notícia de Fato nº 1.18.000.001015/2026-42. Apuração referente à existência de plataformas de apostas online, em especial a plataforma "K5BET.com" e intermediadora de pagamento "CARTWAVE", que estaria atuando no Brasil sem a devida autorização, operando de má-fé e induzindo consumidores a erro.

Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira

Origem: Goiás

68) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00526/2026-54

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Processo Administrativo Disciplinar n.º 08/2023.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Origem: Paraná

69) Pedido de Providências nº 1.00529/2026-15

Requerente: Andrea Fregona

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Atuação. Andamento de recurso. Procedimento PGA 001.2026.042098. Apuração de irregularidades em atendimento prestado em delegacia de polícia civil. Prosseguimento de inquérito policial.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Paraíba

70) Conflito de Atribuições nº 1.00535/2026-45

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. IC 1.19.002.000170/2025-11. Ministério Público do Estado do Maranhão. Procedimento nº 005216-509/2025. Conflito Negativo de Atribuições. Apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos oriundos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), no Município de Aldeias Altas/MA. Execução dos editais nº 1, 2 e 5/2025, relativos ao fomento de festivais, à premiação de povos de terreiros e ao incentivo a bandas e fanfarras.

Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto

Origem: Maranhão

71) Conflito de Atribuições nº 1.00539/2026-60

Requerente: Procuradoria da República – Goiás/Aparecida de Goiânia

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Ministério Público Federal. Notícia de Fato: 1.18.000.001117/2026-68. Apuração de possível dano ambiental decorrente de atividade de garimpo ilegal de ouro no Município de Matrinchã/GO.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Goiás

72) Pedido de Providências nº 1.00541/2026-75

Requerente: Carlos Martins Espinoza

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Omissão. Fiscalização do cumprimento de acordos judiciais relativos à recuperação de córregos e fundos de vale em Ponta Porã/MS. Cumprimento de Sentença nº 019.04.002543-6 e Ação Civil Pública nº 0800528-12.2015.8.12.0019.

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Mato Grosso do Sul

73) Conflito de Atribuições nº 1.00559/2026-59

Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Inquérito Civil nº 1.23.000.001875/2024-54. Denúncia formulada na Promotoria de Justiça de Salvaterra, em desfavor da ex-Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – CACS FUNDEB, por não ter promovido a adequada transição entre as gestões, sendo constatada a ausência de documentos, tais como livros de atas e documentos referentes às prestações de contas.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Pará

74) Conflito de Atribuições nº 1.00568/2026-40

Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.000.000902/2026-33. Procedimento 01.2026.00015032-0. Apuração de irregularidade na demora para visita domiciliar de assistente social do CRAS. Conclusão de cadastro do programa "Minha Casa, Minha Vida". Município de Tucuruí.

Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Origem: Pará

75) Pedido de Providências nº 1.00596/2026-76

Requerente: Sara Pereira da Silva

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. I Concurso Público de Servidores da Defensoria Pública de Minas Gerais (Edital nº 01/2023). Apura a preterição de concursados em face do uso de mão de obra precária (terceirizados, cedidos, comissionados). Requer expedição de Recomendação Administrativa para imediata prorrogação da validade do concurso público e verificação da regularidade da promoção de arquivamento da NF 02.16.0024.0161269.2024-75. Pedido de Liminar.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Minas Gerais

76) Pedido de Providências nº 1.00601/2026-22

Requerente: Ederson Augusto Zanetti

Requerido: Procuradoria da República – Distrito Federal

Objeto: Ministério Público Federal no Distrito Federal. Irresignação com a promoção de arquivamento da NF nº 1.16.000.001943/2023-39 e do PIC nº 1.16.000.000642/2021-26, que apuravam possíveis irregularidades processuais que resultaram na demissão do requerente, por justa causa, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Distrito Federal

77) Conflito de Atribuições nº 1.00602/2026-86

Requerente: Procuradoria da República – Paraná

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. NF 1.25.000.006007/2026-58. Ministério Público do Estado do Paraná. MPPR-0043.26.000082-3. Conflito Negativo de Atribuições. Apura supostas irregularidades na destinação de recursos oriundos da Lei Aldir Blanc (Lei n.º 14.017/2020), relacionadas ao evento Luau no Lago, realizado em 2024, no Município de Cornélio Procópio/PR.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Paraná

78) Conflito de Atribuições nº 1.00604/2026-93

Requerente: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Requerido: Procuradoria da República – Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato 02782.000.965/2025. Notícia de Fato nº 1.26.000.003241/2025-13. Apuração de possível violação ao Código de Defesa do Consumidor. Comercialização de passagens aéreas. Empresa KIWI.COM.

Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima

Origem: Pernambuco

79) Conflito de Atribuições nº 1.00612/2026-20

Requerente: Procuradoria da República – Espírito Santo/Serra

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.17.000.002586/2025-51. Procedimento GAMPES 2025.0017.5350-66. Apuração de possível usurpação do exercício da função pública ao promover atividade de segurança sem a devida autorização da Polícia Federal. Empresa VT Santorio Produções Artísticas LTDA. Município de Mimoso do Sul.

Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Origem: Espírito Santo

80) Conflito de Atribuições nº 1.00617/2026-07

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná

Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Procedimento SIG nº 08.2025.00204301-0 (EPROC n.º 5002012-20.2025.8.24.0538). Autos nº 0000282-59.2026.8.16.0146. Apuração de crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor (Art. 311, CP).

Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Origem: Santa Catarina

81) Conflito de Atribuições nº 1.00621/2026-11

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Notícia de Fato n.º 1.29.000.006591/2026-01. Apuração de suposta situação de risco à vida de estudantes da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em terminal de ônibus localizado em frente à Faculdade de Direito, em razão da existência de fiação de alta tensão próxima a galhos e troncos de árvores, bem como da alegada ausência de manutenção adequada da vegetação no local.

Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Origem: Rio Grande do Sul

82) Conflito de Atribuições nº 1.00647/2026-32

Requerente: Procuradoria da República – Amazonas

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.13.000.001280/2025-26. NF 040.2024.000080. Apuração de suposto desvio de valores angariados por Organização Não Governamental (ONG) e repassados à Aldeia Igarapé do Igarapé Açu. Município de Autazes.

Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima

Origem: Amazonas

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA GERAL

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Distribuição Automática de Processos

Data de distribuição: 08/06/2026

Processo: 1.00665/2026-14

Classe: Notícia de Fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00666/2026-78

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE GUSTAVO AFONSO SABOIA VIEIRA

Processo: 1.00667/2026-21

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE IVANA LUCIA FRANCO CEI

Processo: 1.00668/2026-85

Classe: Notícia de Fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00669/2026-39

Classe: Notícia de Fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00670/2026-90

Classe: Notícia de Fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00671/2026-44

Classe: Notícia de Fato